



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, julho/2004

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Paulo Márcio Neves Rodrigues

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 10, n. 6, jun. 2004. 34 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 5,5 bilhões no mês de junho. O Tesouro Nacional contribuiu para esse desempenho com superávit de R\$ 7,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central registraram déficits de R\$ 1,6 bilhão e R\$ 27,0 milhões, respectivamente. No ano, o superávit primário do Governo Central acumula R\$ 34,2 bilhões, equivalente a 4,26% do PIB estimado para o período, contra R\$ 29,3 bilhões realizados no primeiro semestre de 2003, correspondendo a cerca de 4,05% do PIB. O resultado de junho ocorreu a despeito das restituições de tributos federais no mês (R\$ 2,4 bilhões), o maior volume dentro de um mês desde 1997, correspondendo a cerca de 0,15% do PIB. Por outro lado, continuam apresentando crescimento as despesas com benefícios sociais em relação a 2003, notadamente LOAS (49,5%), abono e seguro desemprego (22,5%), subsídio a agricultores familiares – Pronaf (64,6%) e à habitação – PSH (63,1%).

O superávit primário do Governo Central no primeiro semestre de 2004 atingiu aproximadamente 4,26% do PIB, contra 4,05% em igual período de 2003.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	MAI 2004	JUN 2004	JAN-JUN 2003	JAN-JUN 2004
I. RECEITA TOTAL	33.119,6	33.622,6	173.692,5	201.311,0
I.1. Receitas do Tesouro	25.756,8	25.624,0	137.866,9	158.291,0
I.1.1 Receita Bruta	26.627,1	28.027,8	141.153,3	163.899,8
I.1.2. (-) Restituições	-870,3	-2.403,9	-3.286,5	-5.608,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.275,8	7.899,9	35.353,4	42.475,0
I.3. Receitas do Banco Central	87,0	98,7	472,2	544,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.602,3	4.210,9	32.084,1	32.876,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	26.517,3	29.411,8	141.608,4	168.434,6
IV. DESPESA TOTAL	22.792,6	23.878,2	112.319,3	134.255,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.322,1	6.888,8	37.085,5	39.936,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	9.086,2	9.485,6	44.972,7	54.291,6
IV.3. Custeio e Capital	7.225,4	7.327,2	29.454,3	39.109,6
IV.3.1. Despesa do FAT	809,1	648,3	3.245,9	3.935,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	318,8	149,9	962,2	1.648,5
IV.3.3. LOAS/RMV (1)	742,1	803,8	2.033,5	3.905,9
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.355,5	5.725,1	23.212,6	29.619,3
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	45,8	50,9	262,8	279,6
IV.5. Despesas do Banco Central	113,1	125,7	544,0	638,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	3.724,7	5.533,6	29.289,1	34.179,1
V.1. Tesouro Nacional	5.561,2	7.146,2	38.980,2	46.089,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-1.810,4	-1.585,6	-9.619,3	-11.816,6
V.3. Banco Central (3)	-26,1	-27,0	-71,8	-93,7
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,05%	4,26%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social. A partir de janeiro deste ano passou a ser computado juntamente com LOAS, integrando o resultado do Tesouro Nacional.

(2) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

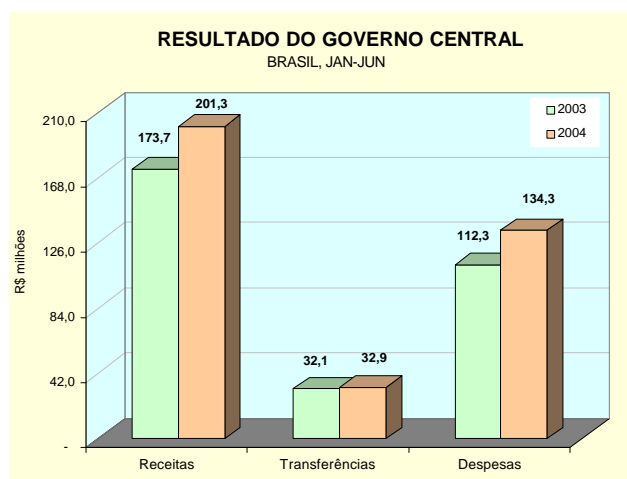
PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO: 2004/2003	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	15,9%
Tesouro	14,8%
Previdência	20,1%
Transferências	2,5%
Receita Líquida	18,9%
Despesas	19,5%
Benefícios	20,7%
Pessoal	7,7%
Custeio e Capital	32,8%

O superávit do Governo Central no primeiro semestre de 2004 foi fortemente influenciado pelo aumento da arrecadação. Parte desse aumento constitui-se antecipação de tributos, e, portanto, não deverá se refletir no resultado dos meses seguintes. Ademais, foram tomadas medidas para desonerar determinados setores e segmentos da sociedade com menor renda, que contribuirão para a redução da arrecadação de tributos federais ainda neste exercício.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUN (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receita Total	24,01%	25,12%
Transferências	4,43%	4,10%
Receita Líquida	19,57%	21,01%
Despesa Total	15,52%	16,75%
Resultado Primário	4,05%	4,26%

O resultado primário do Governo Central no primeiro semestre deste ano foi R\$ 4,9 bilhões (16,7%) superior ao obtido em igual período de 2003. Apesar disso, devido às vinculações do orçamento público federal e à maior alocação de recursos em áreas prioritárias – e uma dinâmica bastante positiva nos investimentos – as despesas têm crescido proporcionalmente mais do que as receitas. A receita líquida cresceu R\$ 26,8 bilhões (18,9%), atingindo o montante de R\$ 168,4 bilhões até junho. As despesas, por sua vez, cresceram R\$ 21,9 bilhões (19,5%), totalizando R\$ 134,3 bilhões. Como proporção do PIB, o resultado no período foi 0,22 ponto percentual superior ao obtido no primeiro semestre do ano anterior. O resultado do Tesouro Nacional cresceu 0,36 ponto percentual do PIB, compensando, o aumento do déficit do RGPS em 0,14 ponto percentual, ocorrido não obstante o crescimento na arrecadação de contribuições ao longo deste ano, correspondente a 0,41 ponto percentual do PIB.

Em 2004, as despesas de custeio e capital cresceram (0,81 ponto percentual do PIB em relação ao primeiro semestre de 2003), sem prejuízo da observância dos limites de pagamento estabelecidos nos Decretos de Programação Financeira e do cumprimento da meta de resultado da LDO.



As receitas do Tesouro Nacional apresentaram crescimento de R\$ 20,4 bilhões em termos nominais (14,8%), atingindo o montante de R\$ 158,3 bilhões no ano. Esse desempenho está associado aos seguintes fatores, entre os mais importantes: i) aumento da alíquota da Cofins incidente sobre entidades financeiras, da CSLL sobre empresas prestadoras de serviço e do IPI-Fumo (ao mesmo tempo em que houve redução das alíquotas do Imposto de Importação e do IPI sobre automóveis e bens de capital); ii) medidas administrativas para melhoria da eficiência da arrecadação e combate à sonegação, tais como a retenção na fonte de Cofins, IRPJ, PIS e CSLL referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços, extinção de crédito presumido PIS/Cofins no IPI e instituição do PAES; e iii) ampliação da base de arrecadação, com a incorporação da Cofins/PIS (não-cumulativa) sobre importações. Parte deste aumento da arrecadação, assinala-se, constitui-se em simples antecipação de tributos. A arrecadação nos próximos meses deverá, por outro lado, ser reduzida

em virtude de decisões recentes para desonerar determinados setores e segmentos da sociedade com menor renda, como por exemplo produtos da cesta básica, e o desconto sobre o imposto de renda da pessoa física.

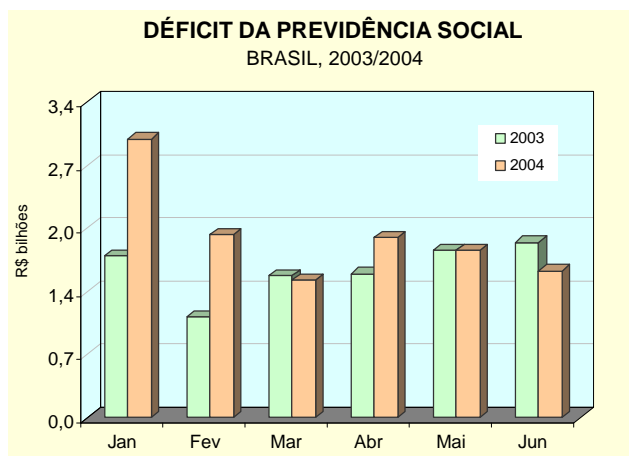
As transferências a estados e municípios somaram R\$ 32,9 bilhões este ano, R\$ 792,3 milhões superior ao registrado no primeiro semestre do ano passado. Como proporção do PIB, contudo, houve redução de cerca de 0,33 ponto percentual nos repasses. Parte dessa redução é atribuída a variações no volume de compensação pela União da desoneração do ICMS nas exportações, por ter ocorrido, em 2003, transferência adicional de valores referentes a 1999, sem correspondência este ano. No primeiro semestre de 2003 as compensações pela desoneração do ICMS foram de R\$ 2,3 bilhões, contra R\$ 1,7 bilhão no mesmo período deste ano. Adicionalmente, os repasses de *royalties* foram relativamente menores em 2004 devido ao efeito da queda do dólar *vis-à-vis* o início de 2003 sobre a arrecadação, base para a distribuição aos estados.

As despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 79,0 bilhões, crescendo R\$ 12,5 bilhões em relação a igual período do ano anterior. Esse comportamento decorre principalmente do: i) aumento de R\$ 2,9 bilhões nos gastos com pessoal, refletindo o crescimento vegetativo da folha de pagamentos e a reestruturação de carreiras estratégicas; e ii) aumento de R\$ 9,7 bilhões nas despesas de custeio e capital, resultado do maior volume de benefícios sociais (LOAS, RMV, subsídios à agricultura familiar e à habitação) e da execução financeira dos órgãos do poder executivo relativamente maior este ano, em linha com o Decreto de Programação Financeira e as metas da LDO para o exercício.

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receitas do Tesouro (*)	19,06%	19,75%
Transferências	4,43%	4,10%
Despesas do Tesouro	9,23%	9,90%
Resultado Primário	5,39%	5,75%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As despesas do Tesouro Nacional corresponderam a 9,90% do PIB, sendo 0,66 ponto percentual superior à verificada em igual período de 2003.



No primeiro semestre do ano, o RGPS acumulou déficit de R\$ 11,8 bilhões, 22,8% superior ao resultado de idêntico período do ano passado. Como proporção do PIB estimado, o déficit do RGPS cresceu aproximadamente 10%, passando de 1,47% do PIB em 2004, contra 1,33% do PIB em 2003.

Por fim, o RGPS apresentou déficit de R\$ 11,8 bilhões este ano, contra R\$ 9,6 bilhões no mesmo período de 2003. O ritmo de crescimento do déficit previdenciário (22,8% em relação ao primeiro semestre de 2003) é consequência do crescimento maior do valor dos benefícios que das contribuições, não

obstante o efeito da reforma da Previdência sobre o teto da contribuição do segurado, e da ampliação do contingente de beneficiários. Além disso, têm contribuído para ampliar o déficit de 2004 o pagamento pelos tribunais de pequenas causas das sentenças referentes a reajustes das aposentadorias.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI	JUN
Impostos	10.111,3	11.093,0
Imposto de Renda	7.177,5	7.894,3
IPI	1.828,3	1.870,5
Outros	1.105,5	1.328,2
Contribuições	13.362,0	14.228,4
Cofins	6.840,6	7.186,5
CPMF	2.051,1	2.393,1
CSLL	1.225,6	1.187,8
Cide - Combustíveis	657,9	596,8
Outras	2.586,9	2.864,2
Demais	3.153,8	2.706,4
Cota parte	539,0	613,8
Dividendos da União	1.110,2	304,7
Refis e Paes	281,0	289,0
Outras	1.223,5	1.499,0
Total Bruto	26.627,1	28.027,8

Em junho, o maior número de semanas contribuiu para uma receita bruta do Tesouro Nacional de R\$ 28,0 bilhões, R\$ 1,4 bilhão maior que a de maio. A ocorrência de cinco semanas de fatos geradores, contra quatro em maio, afetou positivamente os tributos com apuração semanal administrados pela Receita Federal. É o caso do IRRF, da CPMF e do IOF, cuja arrecadação aumentou em R\$ 648,2 milhões, R\$ 342,1 milhões e R\$ 93,1 milhões, respectivamente. O imposto de importação também apresentou aumento, de R\$ 139,5 milhões, em decorrência do acréscimo de 19,2% no volume em dólar das importações.

As demais receitas do Tesouro apresentaram redução de R\$ 447,3 milhões (14,2%), para a qual contribui a redução em R\$ 805,5 milhões no pagamento de dividendos. Em junho, o maior dividendo pago foi o do BNDES, limitado a R\$ 264,9 milhões, enquanto em maio, a Petrobras efetuou recolhimento de dividendos no valor de R\$ 804,6 milhões.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Impostos	8,54%	8,47%
Imposto de Renda	6,37%	6,31%
IPI	1,31%	1,31%
Outros	0,87%	0,85%
Contribuições	8,91%	9,70%
Cofins	3,90%	4,53%
CPMF	1,56%	1,58%
CSLL	1,15%	1,21%
Cide - Combustíveis	0,49%	0,48%
Outras	1,81%	1,90%
Demais	2,05%	2,28%
Cota parte	0,82%	0,67%
Diretamente Arrecadada	0,61%	0,65%
Dividendos da União	0,28%	0,36%
Refis e Paes	0,09%	0,21%
Outras	0,26%	0,39%
Total Bruto	19,51%	20,45%

De janeiro a junho de 2004, as receitas brutas do Tesouro totalizaram 20,45% do PIB, contra 19,51% do PIB no mesmo período do ano anterior. Os tributos vinculados à atividade econômica (Cofins, Pis/Pasep) têm apresentado bom desempenho, refletindo o reaquecimento da economia verificada nos últimos meses. Além desse fator, os principais motivos que afetaram positivamente a arrecadação da Cofins foram: i) aumento da alíquota das entidades financeiras, de 3% para 4%, a partir de setembro de 2003; ii) retenção na fonte de Cofins referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços, conforme Lei nº 10.833/2003, com reflexos positivos na eficiência da arrecadação e no combate à sonegação; iii) incorporação na base de cálculo da Cofins (não-cumulativa) dos insumos importados; e iv) efeito transitório em maio de 2004 da tributação da Cofins nas importações, conforme Lei nº 10.865/2004.

Verificou-se, também: i) recolhimento adicional da IRPJ e da CSLL em decorrência da arrecadação relativa à declaração de ajuste das instituições financeiras em 2004 referente ao ano calendário de 2003; ii) arrecadação decorrente de compensações e depósitos judiciais; iii) retenção na fonte da CSLL relativo a pagamentos efetuados pelas empresas prestadoras de serviços, e iv)

alteração da base de cálculo da CSLL por estimativa paga pelas empresas prestadoras de serviço, consoante Lei nº 10.684/2003.

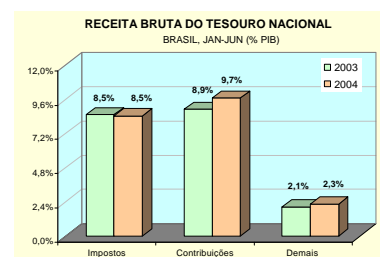
Em contrapartida, houve queda na arrecadação do IRRF – Rendimento de capital em decorrência das taxas de juros terem estado, em média, abaixo daquelas observadas no 1º semestre de 2003, com reflexo na arrecadação relativa às aplicações de renda fixa, e na redução na arrecadação referente às operações de swap, em função da estabilidade cambial. Também houve redução na arrecadação do IRRF – Remessas ao Exterior, Imposto de Importação, e IPI – Importações, explicadas, em grande parte, pela apreciação do real de janeiro a junho deste ano *vis-à-vis* o primeiro semestre de 2003.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 18,3 bilhões até junho deste ano, contra R\$ 14,9 bilhões em igual período do ano anterior. Verificou-se incremento de R\$ 1,1 bilhão na rubrica “Refis e Paes”, com destaque para o Paes (ver boxe). As receitas próprias elevaram-se em R\$ 798,0 milhões, em decorrência, em grande parte, do aumento no recolhimento da taxa de fiscalização dos serviços da Anatel em abril deste ano. Por sua vez, os dividendos pagos à União atingiram R\$ 2,9 bilhões, mostrando-se superiores em R\$ 876,5 milhões em relação a 2003. Os principais ingressos no primeiro semestre de 2004 foram provenientes da Petrobras (R\$ 1,9 bilhão) e Banco do Brasil (R\$ 316,4 milhões) e BNDES (R\$ 264,9 milhões).

Em contrapartida, verificou-se queda na arrecadação de *royalties* referentes à extração de petróleo, devido à apreciação cambial e à redução da produção nacional de petróleo, não obstante o aumento de 16,2% nos preços internacionais do petróleo, cuja média no primeiro semestre de 2003 foi de US\$ 28,78, contra US\$ 33,43, no mesmo período de 2004.

Em junho, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 4,2 bilhões, contra R\$ 6,6 bilhões em maio. As transferências constitucionais (IR, IPI e outros) apresentaram redução de R\$ 1,7 bilhão às realizadas no mês anterior. Essa queda está associada à transferência, no início de maio, relativa à arrecadação do terceiro decêndio de abril (primeira cota ou cota única das declarações de ajuste anual do IRPF e apuração trimestral do IRPJ) e ao início do processo de devolução das restituições do IRPF.

As demais transferências apresentaram queda de R\$ 688,9 milhões, devido ao repasse, em maio, de recursos provenientes da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.



Boxe 1 – Parcelamento Especial (Paes)

O Paes entrou em vigor a partir de junho de 2003 conforme Lei nº 10.684/2003. Foram inscritos 372,5 mil contribuintes e arrecadados R\$ 2,7 bilhões até junho de 2004, dos quais R\$ 1,4 bilhão em 2003 e R\$ 1,3 bilhão no primeiro semestre de 2004. Diferentemente do Refis, o Paes permitiu o parcelamento em até 180 meses para todos os débitos com a Secretaria da Receita Federal (SRF) e com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, vencidos até 28 de fevereiro de 2003. O Paes é uma das medidas administrativas adotadas pelo Governo visando não somente à recuperação de receitas em atraso, mas também ao incentivo para que as empresas mantenham sua situação de adimplência junto ao Fisco.

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS		
Decêndio	MAIO	JUN
Terceiro Decêndio	6.966,0	4.233,3
Primeiro Decêndio	2.723,5	2.110,0
Segundo Decêndio	1.363,0	931,3
Total	11.052,5	7.274,6

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUN (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,38%	3,24%
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	0,00%	0,05%
Desoneração do ICMS	0,32%	0,21%
Demais	0,74%	0,60%
Total	4,43%	4,10%

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI	JUN
Constitucionais (IR, IPI e outros)	5.041,6	3.331,5
Constitucionais (CIDE-Combustíveis)	1,1	8,7
Desoneração do ICMS	283,3	283,3
Demais	1.276,2	587,3
Total	6.602,3	4.210,9

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Comparativamente ao mês anterior, o acréscimo das despesas do Tesouro Nacional em junho refletiu principalmente o aumento nos dispêndios com pessoal e encargos sociais.

De janeiro a junho de 2004, as transferências a estados e municípios perfizeram 4,10% do PIB, representando queda de 0,33 ponto percentual em relação a igual período de 2003. As transferências constitucionais, inclusive CIDE – Combustíveis, perfizeram 3,29% do PIB, apresentando queda de 0,09 ponto percentual, refletindo a queda na arrecadação do IRRF – remessas de capital e IRRF – remessas ao exterior. As transferências referentes à desoneração do ICMS apresentaram redução de 0,11 ponto percentual, explicada pela transferência adicional, no primeiro bimestre de 2003, de valores referentes aos meses de novembro e dezembro de 1999 atualizados pelo IGP-DI, conforme estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 115/2002. As demais transferências passaram de 0,74% para 0,60% devido, principalmente, aos efeitos da apreciação cambial sobre a arrecadação de *royalties* e da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, refletindo nos repasses a Estados e Municípios.

As despesas do Tesouro totalizaram R\$ 14,3 bilhões em junho, contra R\$ 13,6 bilhões no mês anterior. O acréscimo de R\$ 673,6 milhões (4,7%) pode ser explicado, em grande parte, pelo aumento da despesa com pessoal e encargos sociais (R\$ 566,7 milhões). Houve também acréscimo significativo nas demais despesas de custeio e capital (R\$ 369,6 milhões), que compensaram a redução nas despesas com o FAT (R\$ 160,8 milhões) e com subsídios e subvenções econômicas (R\$ 168,9 milhões).

Para o incremento das despesas com pessoal, contribuiu o adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (Gratificação Natalina) aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e o pagamento da décima-primeira parcela dos 28,86% devidos aos servidores do Poder Executivo, consoante estabelecido na Medida Provisória nº 2.169-41, de 28/06/2001.

A redução dos gastos no âmbito do FAT, de natureza sazonal, explica-se principalmente pela liberação de um lote de seguro-desemprego adicional em maio, em função do maior número de semanas naquele mês.

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 149,9 milhões, apresentando decréscimo em relação ao mês anterior. As reduções dessas despesas no mês deram-se principalmente no Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF) e no Programa de Subsídio à Habitação (PSH). Por outro lado, houve aumento de despesas com equalização e financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI	JUN
Pessoal e Encargos	6.322,1	6.888,8
Custeio e Capital	7.225,4	7.327,2
Despesas do FAT	809,1	648,3
Subsídios e Subvenções	318,8	149,9
LOAS/RMV (1)	742,1	803,8
Outras	5.355,5	5.725,1
Transferência ao Bacen	45,8	50,9

Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA).

No primeiro semestre de 2004, as despesas do Tesouro alcançaram 9,9% do PIB, 0,65 ponto percentual do PIB acima do valor observado em idêntico período do ano anterior. Esse aumento decorreu principalmente do incremento de 0,49 ponto percentual do PIB nos demais dispêndios com custeio e capital, e da inclusão, a partir de 2004, da despesa com a Renda Mensal Vitalícia (RMV).

No primeiro semestre do ano, as despesas de pessoal e encargos sociais elevaram-se, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, em R\$ 2,8 bilhões (7,7%), em função do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas e do aumento linear concedido ao funcionalismo público federal (inclusive vantagem pecuniária individual) – com efeito financeiro a partir de julho de 2003.

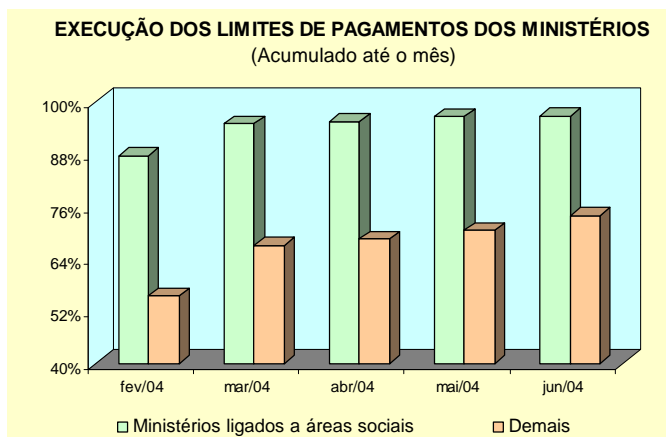
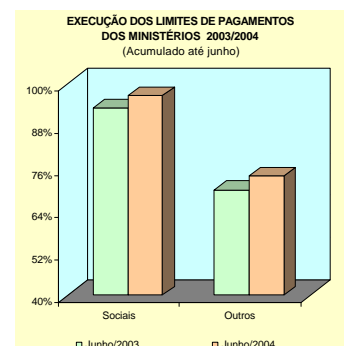
Os dispêndios com custeio e capital apresentaram crescimento nominal de R\$ 9,7 bilhões, explicado, principalmente, pelo aumento das despesas discricionárias (R\$ 6,4 bilhões), com LOAS (R\$ 1,0 bilhão) e pelo efeito da inclusão, em 2004, da despesa com RMV (R\$ 865,2 milhões).

O percentual de execução do limite de pagamento, até junho, pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Desenvolvimento Social) atingiu 96,7% frente os 93,2% verificados no mesmo período do ano anterior, permanecendo estável em relação a maio de 2004 (96,6%). Por sua vez, os demais ministérios atingiram nível de execução de 73,9%, ante os 69,9% verificados no ano anterior e 70,5% no mês anterior.

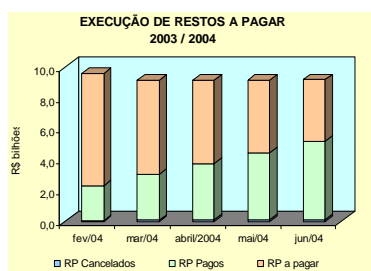
Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPEAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Pessoal e Encargos	5,13%	4,98%
Custeio e Capital	4,07%	4,88%
Despesas do FAT	0,45%	0,49%
Subsídios e Subvenções	0,13%	0,21%
LOAS/RMV (1)	0,28%	0,49%
Outras	3,21%	3,70%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,03%

(1) RMV apenas em 2004



O percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios ligados a áreas sociais aumentou em 3,5 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 96,7% dos limites de pagamento.



Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2004, R\$ 2,2 bilhões (equivalentes a 43,2% do total) corresponderam a gastos com investimentos.

Com relação à execução de restos a pagar (RP) no acumulado do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 5,0 bilhões, enquanto no mesmo período do ano anterior, tal montante foi de R\$ 3,2 bilhões. Foram pagos, até junho de 2004, 55,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 4.992, de 18/02/2004 – contra 42,3% no mesmo período do ano anterior.

Do montante de restos a pagar pagos até junho, R\$ 2,2 bilhões (43,2%) correspondem a investimentos, com destaque para aqueles pagos pelos Ministérios da Saúde e dos Transportes (45,4% do total). Até junho de 2004, foram pagos 41,3% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) relativos a despesas com investimentos.

As despesas do FAT atingiram R\$ 3,9 bilhões no primeiro semestre do ano, frente aos R\$ 3,2 bilhões em idêntico período do ano anterior (acréscimo de 0,04 ponto percentual do PIB), refletindo ainda o impacto da inflação de 2002 sobre o valor dos benefícios do seguro-desemprego pagos a partir de abril de 2003.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas na primeira metade de 2004 atingiram o montante de R\$ 1,6 bilhão no acumulado de 2004, contra R\$ 962,2 milhões no período equivalente do ano anterior. Os incrementos mais significativos foram no valor líquido do Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 229,2 milhões), e nos montantes aplicados no Pronaf (R\$ 187,2 milhões) e no PSH (R\$ 90,8 milhões).

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Agricultura	386,6	666,1
Custeio Agropecuário	197,2	57,6
Investimento Rural	104,1	175,4
Preços Agrícolas	-298,0	-80,6
- EGF	5,3	3,3
- AGF	-316,2	-87,0
- Sustentação de preços	12,9	3,1
Pronaf	289,7	477,0
Pesa	93,4	36,2
Cacau	0,2	0,6
Outros	191,1	242,0
Habitação (PSH)	143,9	234,7
Exportação (Proex)	47,2	26,7
Fundo da Terra	0,0	-19,4
Total	577,7	908,1

Previdência Social

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUN (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Contribuição	4,89%	5,30%
Benefícios	6,22%	6,77%
Resultado Primário	-1,33%	-1,47%

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 1,6 bilhão em junho, contra R\$ 1,8 bilhão no mês anterior. Esse comportamento é explicado pelo incremento de 4,4% nas despesas com benefícios previdenciários, que perfizeram R\$ 9,5 bilhões, frente a R\$ 9,1 bilhões em maio, contrabalançado pelo aumento de 8,6% da arrecadação líquida. A elevação da despesa com o pagamento de benefícios previdenciários em junho já refletiu os reajustes do salário mínimo para R\$ 260,00 e dos demais benefícios em 4,53% a partir de 1º de maio, com impacto no caixa de junho. Do lado da receita, o aumento em relação ao mês anterior se deve, principalmente, pelo significativo valor de depósitos judiciais registrado em junho.

No primeiro semestre deste ano, a arrecadação líquida atingiu R\$ 42,5 bilhões contra R\$ 35,4 bilhões em igual período de 2003. Em percentual do PIB, a arrecadação em 2004 corresponde a 5,30 pontos percentuais, apresentando acréscimo de 0,41 ponto percentual quando comparado a 2003. Esse aumento

reflete, principalmente, o resultado da Reforma da Previdência, que dentre outras medidas elevou o teto do RGPS de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400,00 em janeiro, e a recuperação do mercado de trabalho.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2003-2004

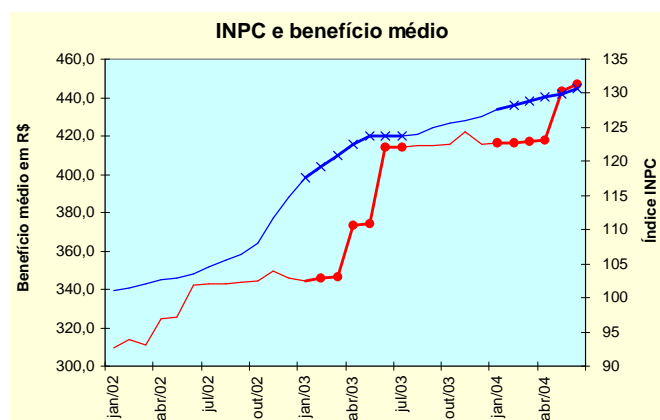
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAI 2004	JUN 2004	JAN-JUN	
			2003	2004
I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA	7.275,8	7.899,9	35.353,4	42.475,0
Arrecadação Bruta	7.835,4	8.483,9	38.414,5	46.246,1
- Contribuição Previdenciária	7.309,3	7.444,8	36.058,6	42.725,5
- Simples	323,6	344,0	1.514,0	1.930,4
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,2
- CFT	81,1	70,3	142,0	435,0
- Depósitos Judiciais	64,5	576,2	491,4	900,8
- Refis	32,5	33,4	177,4	171,0
- Outras Receitas	24,4	15,2	31,1	83,0
(-) Restituição/Devolução	-17,6	-12,4	-143,9	-138,7
(-) Transferências a Terceiros	-542,0	-571,5	-2.917,3	-3.632,4
II. BENEFÍCIOS TOTAIS	9.086,2	9.485,6	44.972,7	54.291,6
Benefícios Previdenciários	9.086,2	9.485,6	44.133,3	54.291,6
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	0,0	0,0	839,4	0,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-1.810,4	-1.585,6	-9.619,3	-11.816,6
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,33%	-1,47%

Em junho, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 9,5 bilhões, que já incorporam o aumento do salário-mínimo e o reajuste dos demais benefícios concedidos em maio.

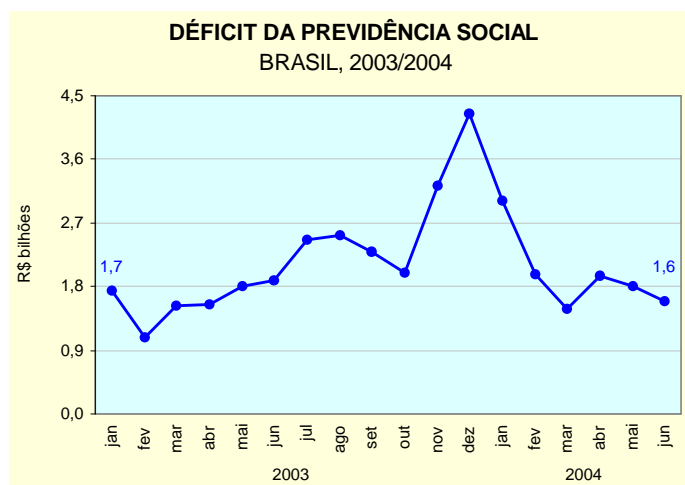
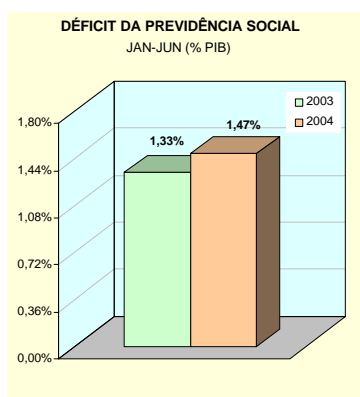
As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 54,3 bilhões até junho deste ano, superando em R\$ 9,3 bilhões o montante observado no mesmo período de 2003. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram aumento da ordem de 0,55 ponto percentual. Tal acréscimo decorre do aumento de: i) 16,3% no valor médio dos benefícios pagos, refletindo ainda o impacto da inflação em 2002 sobre o valor dos benefícios a partir de maio de 2003 (vide gráfico com valor médio dos benefícios e inflação de 2002 a 2004); e ii) 886,8 mil na quantidade média mensal de benefícios pagos no ano de 2004, equivalente a cerca de 4,2% no estoque.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUN			
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	%
Quantidade*	21,3	22,1	4,2%
Valor médio**	366,4	426,1	16,3%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00



A média mensal do estoque de benefícios no primeiro semestre de 2004, comparativamente ao mesmo período de 2003, apresentou os seguintes incrementos: i) 396,9 mil (3,3%) nas aposentadorias; ii) 275,2 mil (31,4%) nos auxílios – doença; iii) 148,6 (2,8%) nas pensões por morte; iv) 144,4 mil (6,4%) nos benefícios assistenciais; e v) 20,2 mil (2,8%) nos benefícios acidentários. Por outro lado, houve queda no número de benefícios identificados de salário maternidade (101,8 mil benefícios a menos), explicada pela mudança na legislação previdenciária introduzida pela Lei nº 10.710, que restabeleceu, a partir de setembro de 2003, o pagamento do salário-maternidade pela empresa e não mais pela Previdência Social, salvo no caso da trabalhadora avulsa.



No primeiro semestre do ano, o RGPS acumulou déficit primário de cerca de R\$ 11,8 bilhões. O resultado acumulado apresentou elevação nominal de 22,8% em relação a idêntico período de 2003. Como proporção do PIB estimado, o resultado situou-se 0,14 ponto percentual (aproximadamente 10%) acima daquele observado no período de 2003 (1,47% do PIB e 1,33% do PIB, respectivamente).

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em junho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 392,3 bilhões, equivalentes a 24,6% do PIB acumulado nos últimos doze meses.

TABELA 3
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003	2004	
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	121.724	162.562	165.560
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	633.899	724.948	736.415
Dívida Contratual da STN	-392.056	-423.001	-428.634
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-120.120	-139.386	-142.221
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	217.124	228.409	226.785
Dívida Mobiliária em Poder do Público	167.339	177.249	178.383
Títulos Depositados em Garantia	-5.615	-3.920	-3.935
Dívida Contratual	56.406	55.488	52.727
Disponibilidades	-1.006	-407	-390
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	338.848	390.971	392.345
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,6%	24,8%	24,6%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em junho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 392,3 bilhões (24,6% PIB), apresentando aumento de R\$ 1,4 bilhão relativamente a maio.

Em relação a maio, houve aumento de R\$ 1,4 bilhão no valor da dívida líquida, correspondente a uma queda de 0,2 ponto percentual do PIB valorizado de 12 meses até junho. A dívida mobiliária interna e externa aumentou R\$ 12,6 bilhões, compensado em parte pelo aumento dos haveres internos e externos em R\$ 11,2 bilhões.

A dívida interna líquida passou de R\$ 162,6 bilhões em maio para R\$ 165,6 bilhões em junho, refletindo: i) o aumento da dívida mobiliária em poder do público, no montante de R\$ 11,5 bilhões, dos quais R\$ 2,1 bilhões decorrentes de emissão líquida; e ii) o aumento de R\$ 8,5 bilhões nos haveres contratuais do Tesouro Nacional e dos Fundos, Autarquias e Fundações, explicado pela variação positiva do IGP-DI (1,29%), IGP-M (1,38%) e TR (0,18%). A apreciação cambial, a seu turno, foi de 0,69%.

Dívida Interna Líquida

Em junho, o estoque de LTN era 4,2 vezes maior que 12 meses antes, enquanto que o estoque de NTN-D havia caído 33,9%, representando hoje menos de 20% do estoque de LTN.

TABELA 4
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003	2004	
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	121.724	162.562	165.560
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	633.899	724.948	736.415
LFT	427.736	417.499	420.989
LTN	29.915	121.509	126.436
NTN-C	53.870	69.979	72.470
NTN-D	35.626	23.759	23.603
Demais	62.704	70.867	71.401
Dívida Securitizada	21.968	19.210	19.389
TDA	2.080	2.125	2.126
DÍVIDA CONTRATUAL	-512.175	-562.386	-570.854
<i>Tesouro Nacional</i>	-392.056	-423.001	-428.634
Dívida Bancária	25.511	25.495	25.471
Lei nº 7.976/89	-10.588	-9.697	-9.294
Lei nº 8.727/93	-47.436	-47.766	-47.823
Lei nº 9.496/97	-205.385	-223.562	-227.213
Renegociação Dívida Municipais	-29.728	-32.698	-33.249
Demais Haveres da STN	-124.429	-134.773	-136.525
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-120.120	-139.386	-142.221
FAT	-83.188	-96.515	-98.803
Demais Entidades	-36.931	-42.871	-43.418
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	44,1%	45,9%	46,2%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-35,6%	-35,6%	-35,8%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-27,3%	-26,8%	-26,9%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	8,5%	10,3%	10,4%

Emissões e Resgates

Em junho, houve emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 2,1 bilhões, tendo as emissões correspondido a R\$ 22,5 bilhões e os resgates a R\$ 20,4 bilhões.

Em junho, o Tesouro emitiu R\$ 22,5 bilhões em títulos, sendo que 98,5% desse montante correspondeu a emissões por meio de oferta pública.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 22,1 bilhões, sendo: i) R\$ 15,9 bilhões em LFT, com vencimentos em fevereiro e agosto de 2005, janeiro e maio de 2006, e janeiro e março de 2007; ii) R\$ 3,3 bilhões em LTN com vencimentos em janeiro, abril e julho de 2005 e janeiro de 2006; iii) R\$ 2,0 bilhões em NTN-C, com vencimentos em dezembro de 2005, abril de 2008 e 2021, março de 2011, julho de 2017 e janeiro de 2031; e iv) R\$ 930,8 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006, maio de 2009 e 2015, e agosto de 2024.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 337,3 milhões. Deste montante, as mais significativas foram: i) R\$ 273,1 milhões em CVS para novação de dívidas a favor da Caixa de Construção de Casas para os funcionários do Ministério da Marinha e; ii) R\$ 53,6 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Em junho, foram resgatados R\$ 20,4 bilhões em títulos, sendo R\$ 18,6 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 1,7 bilhão referentes a cancelamentos. Dentre os principais pagamentos destacaram-se: i) R\$ 16,6 bilhões em LFT; e ii) R\$ 478,4 milhões em NTN-C. Em relação aos cancelamentos, os mais relevantes foram: i) R\$ 519,7 milhões em NTN-C, R\$ 411,4 milhões em LFT e R\$ 25,6 milhões em títulos da dívida securitizada, todos aceitos no leilão de NTN-C; ii) R\$ 71,1 milhões em NTN-C, R\$ 34,7 milhões em NTN-B, R\$ 398,3 milhões em LFT e R\$ 0,1 milhão em LFT-B, todos aceitos nos leilões de NTN-B; e iii) R\$ 267,0 milhões em LFT, recebidas como pagamento de dividendos e juros do BNDES.

TABELA 5
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM
PODER DO PÚBLICO
BRASIL, JUN/2004

R\$ milhões			
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS*	EMISSÕES DIRETAS	TOTAL
I. EMISSÕES	22.125	337	22.462
LFT	15.896	0	15.896
LTN	3.327	0	3.327
NTN-B	931	0	931
NTN-C	1.971	0	1.971
NTN-F	0	0	0
TDA	0	0	0
Securitizada**	0	273	273
Demais	0	64	64
II. RESGATES***	18.810	1.541	20.351
LFT	17.664	0	17.664
LTN	2	0	2
NTN-B	75	0	75
NTN-C	1.069	0	1.069
NTN-D	0	190	190
TDA	0	13	13
Securitizada**	0	305	305
Demais	0	1.032	1.032
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	3.314	-1.204	2.111

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta, bem como as vendas por meio do Tesouro Direto.

** Inclui dívida agrícola.

*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

Boxe 2 – Tesouro Direto

O programa Tesouro Direto ultrapassou a cifra de R\$ 500 milhões vendidos, desde a sua criação até o mês de junho de 2004. Nesse período foram cadastrados 26 mil investidores e 72 agentes de custódia habilitados.

O interesse pelo programa se reflete no aumento do volume de vendas no primeiro semestre de 2004, que alcançou o total de R\$ 167,2 milhões, apresentando aumento de 56,1% em relação ao mesmo período de 2003 (R\$ 107,1 milhões).

No mês de junho, as vendas totalizaram R\$ 26,5 milhões, sendo que as NTN-C representaram 50,37% do montante vendido, seguidas pelas LTN (35,20%).

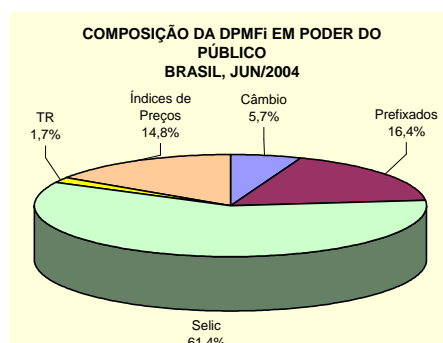
Composição

Em relação à composição da DPMFi, o maior destaque foi a queda na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 0,54 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 1,8 bilhão. Os títulos prefixados apresentaram aumento na sua participação em 0,40 ponto percentual, resultante da emissão líquida de LTN, no montante de R\$ 3,3 bilhões. A participação dos títulos remunerados por índices de preços também apresentaram aumento em sua participação, ao passar de 15,56% em maio, para 15,83% em junho.

TABELA 6
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2003/2004

INDEXADOR	2003		2004
	JUN	MAI	JUN
Selic	70,89	59,60	59,06
Câmbio	8,48	5,97	5,84
Prefixados	4,77	17,07	17,47
Índices de Preços	13,88	15,56	15,83
TR	1,98	1,80	1,80
Outros	0,00	0,00	0,00

* Não inclui dívida agrícola.



BOXE 3 – Títulos indexados a índices de preços

O Tesouro Nacional realizou, no mês de junho, leilões de títulos públicos remunerados pelo IPCA (NTN-B) e pelo IGP-M (NTN-C), visando fortalecer o mercado desses títulos, um dos objetivos das diretrizes de administração da dívida pública.

O montante vendido de NTN-B foi de R\$ 929,2 milhões no leilão realizado nos dias 11 e 14 de junho, com liquidação financeira no dia 15 do mesmo mês. Desse montante, 89,4% corresponderam a títulos com vencimento em 2006 e 2009. O restante correspondeu a títulos com vencimento em 2015 e 2024.

O montante negociado de NTN-C nos leilões realizados em 28 e 31 de maio foi de R\$ 1,9 bilhão, com liquidação financeira em 1º de junho de 2004. Nos dias 29 e 30 de junho foi realizado leilão de NTN-C, com liquidação financeira em 1º de julho, no montante total de R\$ 1,1 bilhão.

Com o objetivo de propiciar maior liquidez às NTN-B e às NTN-C de médio e longo prazos, o Tesouro Nacional realizou em junho leilões de compra desses títulos. No leilão de compra de NTN-C foram adquiridos R\$ 31,6 milhões com vencimento em abril de 2008 e julho de 2017, e no leilão de compra de NTN-B o Tesouro adquiriu R\$ 39,3 milhões dos vencimentos de agosto de 2006 e 2024 e maio de 2015.

Cupons Destacáveis (“Strips”) de NTN-B

O Tesouro Nacional passou a realizar, em julho, operações de recompra dos cupons (ou seja, dos juros semestrais) das NTN-B. Esse título permite que os detentores desmembrem o cupom (cupons destacáveis – “strips”) e os negocie no mercado. Espera-se que, com esta nova medida, os gestores passem a ter maior flexibilidade para adequar seus fluxos de caixa, podendo também realizar antecipações relativas aos pagamentos dos cupons e ampliar as alternativas de negociação de títulos indexados a índices de preços. Além disso, tal medida propiciará o aumento do volume de negociação no mercado secundário e o crescimento da demanda potencial para títulos longos.

O custo médio da DPMFi em poder do público decresceu de 21,97% a.a. em maio, para 16,60% a.a. em junho, devido, principalmente, à apreciação do câmbio (de 0,69% em junho em contrapartida à depreciação de 6,26% em maio) que reduziu o custo da NTN-D em 129,07 ponto percentual em comparação ao mês anterior.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 17,13% a.a. em maio para 17,43% a.a. em junho. Este acréscimo foi influenciado pela maior variação do IGP-M (1,31% em maio e 1,38% em junho) e do IPCA (0,51% em maio e 0,71% em junho). Em relação ao IPCA – indexador associado à meta de inflação – o custo anualizado da dívida excluindo os títulos cambiais foi de 7,87% em junho.

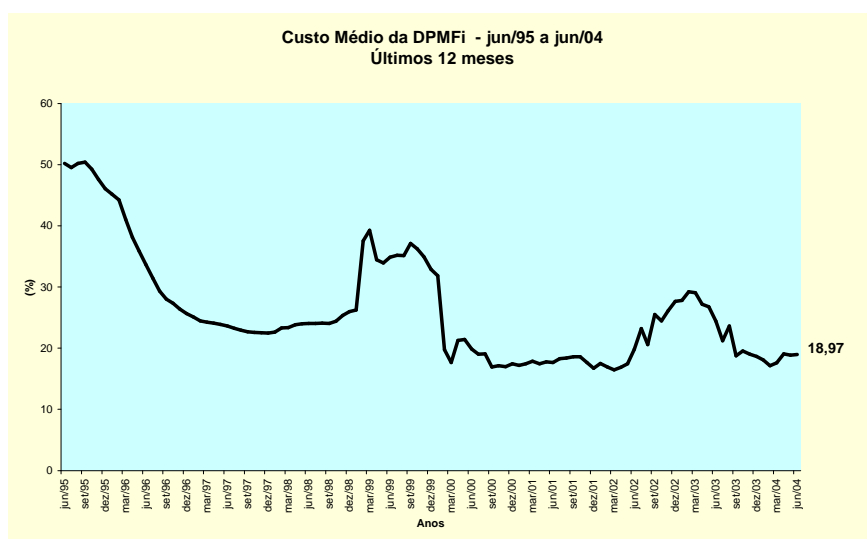
Quanto ao custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses, verificou-se aumento deste indicador em relação ao mês anterior, passando de 18,86% a.a. para 18,97% a.a. em junho. Esse aumento resultou, principalmente, do fato da variação do IGP-M de junho de 2004 ter sido superior à de junho de 2003 (1,38% contra -1,0%).

Custo Médio

TABELA 7
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2004 (% anual)

PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	Jun	21,38
	Jul	21,56
	Ago	21,88
	Set	21,17
	Out	18,69
	Nov	18,57
2004	Dez	17,33
	2003	22,91
	Jan	17,67
	Fev	17,66
	Mar	17,36
	Abr	17,61
Mai	17,13	
Jun	17,43	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
 (2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Em junho, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução de 0,41 mês (30,36 meses em junho contra 30,77 meses em maio) decorrente, principalmente, da emissão de LFT e LTN com prazos de vencimentos mais curtos. Este comportamento foi amenizado pela emissão de NTN-C com prazo de 152,69 meses, superior ao prazo médio de estoque desses títulos em maio (69,87 meses).

Prazo Médio

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

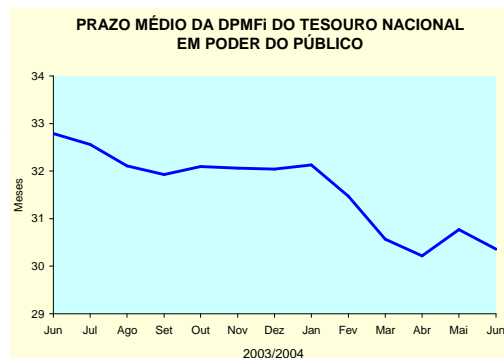
TÍTULOS	Meses		
	2003		2004
	JUN	MAI	JUN
LTN	7,34	7,07	6,09
LFT	21,47	20,37	20,10
NTN-B	157,33	110,26	106,64
NTN-C	66,66	69,87	69,93
NTN-D	15,38	12,31	11,42
TDA	52,12	60,91	60,14
Dívida Securitizada*	56,90	59,94	59,69
Demais	117,77	104,47	103,05
TOTAL	32,79	30,77	30,36

(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

PERÍODO	Meses	
	TOTAL	OF. PUB. (1)
	2003	
Jun	32,79	23,50
Jul	32,56	23,66
Ago	32,11	23,54
Set	31,93	23,51
Out	32,10	24,14
Nov	32,06	24,15
Dez	32,04	24,50
2004		
Jan	32,13	24,79
Fev	31,47	24,17
Mar	30,57	23,37
Abr	30,22	22,69
Mai	30,77	23,57
Jun	30,36	23,24

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Dívida Externa Líquida

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), medido em moeda nacional, apresentou pequeno decréscimo (0,70%) no mês de junho, apesar da emissão do Global 2009 no mercado financeiro internacional. Os principais fatores que determinaram este comportamento foram: i) valorização do real frente ao dólar (0,69%) e ii) diminuição de 5,0% no estoque da dívida contratual. O saldo devedor, expresso em moeda norte-americana, permaneceu praticamente estável.

A Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de junho em R\$ 226,8 bilhões, redução de 0,3 ponto percentual do PIB em relação a maio.

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003		2004
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	167.339,2	177.248,8	178.382,5
Bônus de Renegociação	51.986,3	48.290,0	47.956,7
Bônus de Captação	115.352,9	128.958,8	130.425,9
II. DÍVIDA CONTRATUAL	56.406,1	55.487,6	52.727,3
Organismos Multilaterais	32.300,4	30.408,1	29.968,9
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.283,7	9.994,2	9.916,2
Clube de Paris	14.821,9	15.085,4	12.842,2
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	223.745,3	232.736,4	231.109,8
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.615,4	-3.920,1	-3.935,2
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.005,6	-407,3	-389,9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	217.124,3	228.409,0	226.784,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	15,1%	14,5%	14,2%

O serviço da dívida externa referente a junho totalizou R\$ 4,7 bilhões, dos quais R\$ 3,8 bilhões referentes ao pagamento de principal e R\$ 0,9 bilhão ao pagamento de juros e encargos. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 2,2 bilhões) referiu-se ao pagamento de principal da dívida junto ao Clube de Paris.

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JUN/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS	3.808,4	902,9	4.711,3
I.1. Organismos Multilaterais	1.441,5	141,2	1.582,7
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	185,8	34,4	220,2
I.3. Clube de Paris	2.181,1	340,4	2.521,5
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	386,9	386,9
GLOBAL 2027	0,0	201,0	201,0
EUROLIRA 2017	0,0	161,2	161,2
GLOBAL 2009A	0,0	23,4	23,4
BÔNUS (taxas)	0,0	1,0	1,0
BÔNUS (taxa de rating)	0,0	0,3	0,3

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 4,7 bilhões em junho.

Boxe 4 - República realiza emissões no mercado internacional

Global 2009

No dia 21 de junho foi emitido o Global 2009, primeiro título Global com taxa flutuante desde a retomada das emissões brasileiras no mercado internacional em 1995. Como vinha ocorrendo nas emissões externas anteriores, o título foi emitido com Cláusula de Ação Coletiva (CAC).

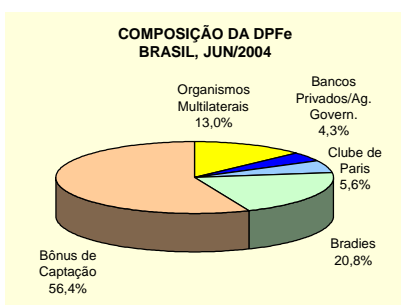
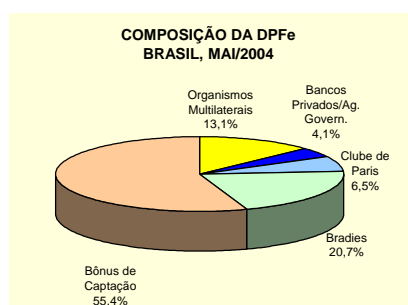
O volume captado nessa operação alcançou US\$ 750 milhões, acima da oferta inicial de R\$ 500 milhões. O título foi vendido por 99,245% do seu valor de face, pagando cupom flutuante equivalente à taxa *Libor* de três meses, para valores em dólares norte-americanos, acrescidos de uma parcela fixa de 5,75% a.a. Isso se traduziu em *spread* de 593 pontos-base acima da *Libor* de três meses, no momento da venda.

Global 2014

O Global 2014 foi emitido no dia 7 de julho, no montante de US\$ 750 milhões também com Cláusula de Ação Coletiva (CAC). O Global foi vendido por 98,192% do seu valor de face e pagará cupom semestral fixo de 10,50% a.a., resultando, no momento da venda, em uma taxa de retorno ao investidor de 10,80% a.a. O *spread* ficou em 632 pontos-base acima dos títulos de referência do Tesouro norte-americano, bem abaixo daquele observado na emissão de junho de 2003, com prazo equivalente, quando o *spread* foi de 738 pontos-base.

No que tange à composição do estoque da DPFe, verificou-se aumento da participação dos Bônus de Captação (1,02%), devido à emissão do Global 2009 e queda na participação do Clube de Paris (0,92%), em virtude da amortização desta dívida.

Composição



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu um pequeno decréscimo ao passar de 6,28 anos em maio, para 6,19 anos em junho. Esta redução decorreu da aproximação das datas de vencimento dos títulos e da emissão do Global 2009, com prazo de 4,37 anos, inferior ao prazo médio de estoque dos Globais em abril (7,57 anos).

O custo médio, em dólares, no mês de junho, teve pequeno decréscimo em relação a maio, para o qual houve alguma contribuição da emissão soberana do Global 2009, com *cupom* anual de juros flutuante.

A dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 8,80% a.a. e prazo médio de 6,19 anos, em junho.

TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	JUN	MAI	JUN
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,20	5,98	6,19
Bônus de Renegociação	6,50	5,70	5,62
Bônus de Captação	6,06	6,09	6,39
Globais	7,17	7,03	7,43
Euros	3,38	3,15	3,11
Demais	1,70	2,62	2,54
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,62	8,89	8,80
Bônus de Renegociação	4,76	4,95	4,95
Bônus de Captação	10,36	10,37	10,21
Globais	11,99	10,71	10,51
Euros	10,28	10,28	10,28
Demais	5,07	6,05	6,05

* Custo Médio em dólares.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2003	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2004
I. RECEITA TOTAL	25.220,9	29.706,3	28.331,9	28.203,6	31.846,2	29.959,5	37.143,2	34.766,5	31.615,1	33.132,1	35.054,9	33.119,6	33.622,6
I.1. Receitas do Tesouro	18.950,3	23.188,3	21.714,5	21.559,9	24.795,5	23.314,5	24.720,4	28.842,6	24.412,7	25.889,4	27.765,5	25.756,8	25.624,0
I.1.1 Receita Bruta	20.483,4	24.502,5	22.351,5	22.580,6	26.563,0	25.576,5	27.015,0	29.412,2	24.742,2	26.641,8	28.448,5	26.627,1	28.027,8
- Impostos	8.641,3	10.635,5	8.721,6	9.583,7	11.405,0	11.405,0	12.055,1	12.694,1	10.236,2	11.218,7	12.531,7	10.111,3	11.093,0
- Contribuições	10.375,7	11.084,5	10.256,3	10.795,2	12.166,1	12.346,2	13.098,5	13.803,8	11.626,2	12.212,3	12.528,1	13.362,0	14.228,4
- Demais	1.466,3	2.782,5	3.373,6	2.201,7	2.991,9	1.825,3	1.861,4	2.914,4	2.879,9	3.210,8	3.388,8	3.153,8	2.706,4
I.1.2. (-) Restituições	-1.533,0	-1.314,2	-637,0	-1.020,7	-1.767,5	-2.262,1	-2.104,6	-569,6	-329,5	-752,4	-683,1	-870,3	-2.403,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	6.171,5	6.407,2	6.534,5	6.603,4	6.965,5	6.568,5	12.297,6	5.850,0	7.112,8	7.138,2	7.198,2	7.275,8	7.899,9
I.3. Receitas do Banco Central	99,1	110,8	82,8	40,2	85,2	76,6	125,3	73,9	89,6	104,5	91,2	87,0	98,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.227,2	4.013,8	5.068,6	4.306,2	4.429,0	5.391,2	4.933,4	5.482,3	6.220,1	4.930,8	5.430,1	6.602,3	4.210,9
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	3.554,4	2.995,4	3.896,7	3.386,2	3.522,1	3.909,3	4.081,3	4.433,7	4.843,3	3.938,9	4.357,9	5.041,6	3.331,5
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	404,2	1,1	8,7
II.4. Demais	406,9	752,5	906,0	654,0	641,0	1.215,9	586,2	765,2	1.093,5	708,6	384,8	1.276,2	587,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	20.993,6	25.692,5	23.263,3	23.897,4	27.417,3	24.568,4	32.209,8	29.284,2	25.395,0	28.201,4	29.624,8	26.517,3	29.411,8
IV. DESPESA TOTAL	20.233,3	22.884,6	20.566,7	20.133,3	23.089,8	22.206,3	38.167,9	22.221,9	21.113,7	22.050,4	22.198,6	22.792,6	23.878,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.447,1	7.706,1	5.821,1	5.926,0	5.928,4	6.503,5	9.098,0	7.606,1	6.417,0	6.625,1	6.076,9	6.322,1	6.888,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.063,0	8.877,1	9.069,7	8.906,1	8.966,1	9.790,2	16.552,8	8.856,8	9.090,1	8.628,4	9.144,6	9.086,2	9.485,6
IV.3. Custeio e Capital	5.563,1	6.095,3	5.524,1	5.195,3	8.050,4	5.773,0	12.359,3	5.644,3	5.433,4	6.646,6	6.832,7	7.225,4	7.327,2
IV.3.1. Despesa do FAT	420,1	987,6	1.235,8	447,7	1.416,5	486,0	719,0	604,3	616,3	660,0	598,0	809,1	648,3
- Abono e Seguro Desemprego	399,3	942,2	1.179,8	412,1	1.371,6	426,6	649,5	601,3	593,1	620,3	569,6	780,6	621,4
- Demais Despesas do FAT	20,7	45,4	56,0	35,7	44,9	59,4	69,4	3,0	23,2	39,6	28,4	28,5	26,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	352,3	400,2	234,9	313,5	1.329,6	206,7	2.598,2	261,2	302,1	454,6	161,7	318,8	149,9
- Operações Oficiais de Crédito	279,1	350,6	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	167,9	201,5	335,5	52,1	83,6	67,5
- Subvenções aos Fundos Regionais	73,2	49,6	89,5	99,1	82,9	120,0	113,1	93,4	100,6	119,2	109,6	235,2	82,4
IV.3.3. LOAS/RMV (2)	397,9	400,7	400,7	405,7	408,5	409,2	389,6	493,5	601,1	531,0	734,4	742,1	803,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.392,8	4.306,8	3.652,7	4.028,3	4.895,7	4.671,0	8.652,5	4.285,2	3.914,0	5.001,0	5.338,5	5.355,5	5.725,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	63,4	65,7	49,6	7,4	46,2	36,4	56,9	37,1	48,0	49,6	48,1	45,8	50,9
IV.5. Despesas do Banco Central	96,6	140,3	102,2	98,4	98,6	103,3	100,9	77,7	125,2	100,6	96,4	113,1	125,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	760,4	2.807,9	2.696,5	3.764,1	4.327,5	2.362,1	-5.958,1	7.062,3	4.281,4	6.151,0	7.426,2	3.724,7	5.533,6
V.1. Tesouro Nacional	2.649,4	5.307,4	5.251,2	6.125,0	6.341,5	5.610,5	-1.727,3	10.072,9	6.294,2	7.637,3	9.377,7	5.561,2	7.146,2
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-1.891,5	-2.469,9	-2.535,2	-2.302,7	-2.000,6	-3.221,7	-4.255,2	-3.006,8	-1.977,3	-1.490,2	-1.946,3	-1.810,4	-1.585,6
V.3. Banco Central (4)	2,5	-29,5	-19,4	-58,2	-13,4	-26,7	24,4	-3,8	-35,6	3,9	-5,2	-26,1	-27,0
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (5)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,2	174,0	354,4	464,0	395,4	307,3
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	143,1	518,2	-95,8	317,4	382,8	-179,3	-1.552,6	56,0	382,9	-543,4	-328,9	572,0	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (6)	903,5	3.326,2	2.600,7	4.081,5	4.710,3	2.182,8	-7.510,7	7.178,5	4.838,3	5.961,9	7.561,3	4.692,2	nd
IX. JUROS NOMINAIS (6)	-5.626,4	-16.333,4	-11.392,3	-7.186,1	-3.553,0	-9.846,0	-4.019,7	-9.089,8	-5.687,3	-5.759,4	-6.874,3	-9.548,8	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (6)	-4.722,9	-13.007,2	-8.791,6	-3.104,6	1.157,4	-7.663,2	-11.530,4	-1.911,3	-848,9	202,5	687,0	-4.856,6	nd
Memo: RMV em R\$ mi	155,0	153,3	152,2	151,1	149,8	66,6	146,8	145,5	144,4	142,0	142,0	140,2	151,1

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social.

(3) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(5) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(6) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2003	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2004
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	28.051,7	28.133,2	29.749,9	29.613,7	30.492,9	33.122,3	43.722,8	28.236,3	33.289,1	34.340,0	35.426,8	36.899,3	33.524,9
I.1 - Recolhimento Bruto	20.269,1	19.931,9	21.293,5	20.735,4	21.441,2	24.680,5	29.313,2	20.344,4	24.241,0	24.941,2	25.378,3	27.451,9	23.259,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.000,0	1.026,6	1.107,2	1.553,3	1.222,7	1.032,3	1.230,3	906,1	1.039,7	1.315,1	1.908,2	1.120,6	1.124,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	51,5	81,3	157,1	53,5	63,7	80,9	111,6	141,6	193,9	237,5	242,9	264,2	166,6
I.5 - Receita do Salário Educação	149,5	151,5	153,9	164,3	167,8	181,7	162,8	315,5	147,5	184,5	176,7	168,2	179,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	6.576,8	6.937,8	7.033,8	7.097,2	7.586,0	7.121,1	13.054,5	6.515,9	7.664,8	7.659,4	7.717,8	7.891,8	8.792,0
I.7 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,8	4,1	4,4	9,9	11,6	25,9	40,4	12,7	2,2	2,3	2,9	2,6	2,9
II. DESPESAS	38.143,5	20.373,7	29.531,8	33.259,3	30.658,8	29.289,6	49.745,8	33.028,4	27.428,5	33.861,0	28.681,8	35.222,3	29.881,1
II.1 - Liberações Vinculadas	5.494,7	4.800,4	6.310,3	5.184,8	5.556,6	6.543,4	5.838,4	7.148,1	7.547,0	5.883,3	6.763,1	6.742,2	5.478,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.787,0	3.190,4	4.152,5	3.608,2	3.751,5	4.118,6	4.256,7	4.862,9	5.162,6	4.197,3	4.642,6	5.373,2	3.546,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	260,2	272,1	723,7	306,6	403,4	889,0	309,8	316,2	865,8	308,5	695,3	913,7	325,9
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3
II.1.4 - Outras Vinculações	1.181,5	1.072,0	1.168,1	1.004,0	1.135,7	1.269,9	1.006,0	1.685,7	1.235,3	1.094,1	1.141,9	172,0	1.322,7
II.2 - Liberações Ordinárias	32.648,8	15.573,3	23.221,5	28.074,5	25.102,2	22.746,2	43.907,4	25.880,2	19.881,5	27.977,8	21.918,7	28.480,1	24.402,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.606,6	6.204,4	5.651,3	5.983,1	6.047,1	8.648,2	7.504,7	7.568,8	6.673,8	6.317,2	6.189,9	6.648,4	7.937,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.090,5	433,0	1.709,2	4.168,5	2.569,8	186,4	5.199,6	2.133,4	212,3	269,1	146,3	381,1	409,7
i) Dívida Contratual Interna	107,3	109,7	104,0	112,3	373,3	109,7	397,5	109,6	121,2	115,8	129,1	101,7	109,4
ii) Dívida Contratual Externa	2.983,2	323,2	1.605,3	4.056,1	2.196,6	76,7	4.802,2	2.023,8	91,1	153,3	17,2	279,4	300,2
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.082,0	2.560,2	2.692,9	3.435,5	2.628,7	53,0	3.552,8	2.662,2	1.203,3	3.434,3	617,3	6.076,8	239,6
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	15.692,0	650,4	8.826,5	9.849,9	8.648,9	9.692,7	19.733,5	9.464,9	6.509,8	12.167,8	8.184,0	9.600,1	9.674,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.857,0	5.314,3	4.050,5	4.371,9	4.319,1	3.712,8	6.757,8	3.822,7	4.978,7	5.571,9	6.622,3	5.569,1	5.913,9
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	320,7	411,1	291,1	265,6	888,5	453,2	1.159,0	228,2	303,5	217,6	158,9	204,6	227,1
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-10.091,8	7.759,5	218,2	-3.645,6	-165,9	3.832,8	-6.023,0	-4.792,1	5.860,6	478,9	6.745,0	1.676,9	3.643,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	37.583,5	39.417,1	20.996,8	27.795,7	36.612,6	10.810,9	20.221,5	26.841,4	10.678,7	19.213,5	23.712,7	8.443,3	23.782,4
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	37.015,9	38.519,7	19.437,9	27.373,5	35.437,8	10.406,9	14.756,6	26.219,8	9.662,3	18.381,9	21.604,6	7.342,8	23.065,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	567,7	897,4	1.558,9	422,2	1.174,7	404,0	5.464,8	621,6	1.016,4	831,5	2.108,1	1.100,5	717,0
V. DESPESAS	31.410,0	30.190,9	22.502,4	26.846,8	13.904,0	23.853,9	27.512,6	23.225,2	8.920,2	25.347,6	3.856,8	34.332,8	20.161,4
V.1 - Amortização da Dívida Interna	28.656,5	25.926,7	19.170,1	25.929,8	10.910,8	18.175,2	20.417,7	22.161,7	9.693,7	24.969,7	2.956,7	33.879,2	16.658,9
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	28.544,8	25.735,7	19.075,5	25.828,3	10.337,8	18.076,7	19.125,7	22.061,6	9.587,3	24.861,6	2.821,5	33.781,9	16.541,1
V.1.2 - Dívida Contratual	111,7	191,1	94,7	101,5	573,0	98,5	1.292,0	100,0	106,3	108,1	135,2	97,3	117,9
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.753,5	4.264,1	3.332,3	917,0	2.993,2	5.678,7	7.094,9	1.063,5	-773,5	377,9	900,2	453,6	3.502,4
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	8.471,1	12.784,0	362,5	1.545,2	25.100,0	-7.669,8	-4.369,0	4.158,2	75,0	-6.479,7	18.783,1	-26.439,1	6.524,3
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-7.005,4	14.450,4	44,3	-11.866,6	27.036,1	-15.726,5	-38.857,1	-10.528,9	19.915,7	-23.195,8	38.613,6	-19.154,6	13.659,7

(*) Critério Liberação. Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2003	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2004
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	17.212,9	27.850,0	15.241,7	14.352,5	8.343,4	3.683,7	2.169,3	6.776,9	12.565,3	16.059,6	20.072,7	20.108,0	7.209,2
I.1. Emissão de Títulos	16.312,5	25.732,6	11.513,9	13.116,5	6.368,3	0,0	0,0	6.131,9	4.522,7	14.832,1	18.260,7	15.695,3	6.324,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	863,2	1.962,4	3.517,8	1.194,7	1.906,1	3.520,6	2.137,7	608,4	2.342,4	1.103,8	1.623,0	3.987,4	736,4
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	37,1	155,1	210,0	41,3	69,0	163,2	31,6	36,6	198,6	123,7	189,0	425,3	148,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.501,6	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	20.300,0	30.385,4	13.910,0	23.522,5	3.850,0	10.200,0	27.712,3	16.130,0	268,6	33.600,2	8.060,0	15.050,0	814,3
II.1. Resgate de Títulos	19.200,0	27.997,4	12.938,7	21.597,9	3.305,4	8.500,0	24.444,9	14.090,9	-605,2	30.208,5	7.600,0	12.800,0	0,1
II.2. Encargos da DPMF	1.100,0	2.388,0	971,3	1.924,5	544,6	1.700,0	3.267,4	2.039,1	873,9	3.391,7	460,0	2.250,0	814,2
III. RESULTADO (I - II)	-3.087,1	-2.535,3	1.331,7	-9.169,9	4.493,4	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (*)

R\$ milhões

	Jun/2003	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2004
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	30,1	28,8	28,8	0,0	0,0	66,1	35,3	13,5	10,3	6,6	11,5	6,3	9,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	3,0	7,4	0,0	131,3	13,4	0,0	0,0	173,5	1,9	0,0	0,0	0,0
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-3,6	84,0	69,7	216,7	166,0	8,0	149,7	17,6	-4,5	157,1	-94,4	-51,1	-105,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,1	1,1	2,1	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-7,3	76,7	66,4	214,4	165,5	-2,1	149,2	0,5	0,0	156,9	-94,7	-51,1	-98,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	3,7	7,3	3,3	2,3	0,5	0,0	-0,6	15,0	-5,1	0,0	0,0	0,0	-6,8
IV. PRONAF	60,2	65,0	68,9	13,3	332,6	-36,4	245,2	121,5	56,8	68,5	89,5	57,5	83,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	31,4	34,1	75,7	1,6	132,5	30,7	122,8	23,9	21,2	20,0	21,2	19,3	21,0
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	28,8	30,9	-6,8	11,7	200,1	-67,1	122,4	97,5	35,6	48,5	68,3	38,2	62,2
V. PROEX	152,6	159,5	-29,8	-15,6	194,9	32,1	458,6	-8,2	-75,6	70,0	-4,6	11,4	33,9
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	141,0	178,7	22,5	6,7	152,1	44,8	316,4	10,3	0,0	49,2	8,6	58,0	13,4
V.2. Concessão de Financiamento (1)	11,6	-19,2	-52,2	-22,3	42,8	-12,7	142,2	-18,5	-75,6	20,7	-13,2	-46,7	20,4
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	28,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	88,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	36,2
VII. CACAU	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	11,0	10,2	0,0	0,0	0,0	0,2	4,2	26,3	45,3	35,2	54,7	63,1	10,2
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	421,9	3,2	1.503,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA (1)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-2,8	-4,2	-3,8	-4,5	-4,1	0,0
XI. TOTAL	279,1	350,6	145,4	214,4	1.246,7	86,7	2.485,1	167,9	201,5	335,5	52,1	83,6	67,5

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jun/2003	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2004
I. DÍVIDA INTERNA	121.723,9	135.632,4	143.872,6	153.257,9	160.163,5	167.867,5	170.971,4	163.731,7	168.704,0	182.190,7	186.624,0	162.561,8	165.560,5
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	633.899,2	655.281,5	663.166,5	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8
Dívida Bancária	25.510,9	25.560,4	25.623,6	25.655,0	25.682,9	25.692,8	25.681,8	25.643,9	25.609,6	25.541,6	25.510,7	25.494,5	25.470,7
INSS	-15.003,0	-14.898,0	-14.868,2	-14.960,4	-15.117,5	-15.183,6	-15.256,5	-15.348,0	-15.470,8	-15.637,9	-15.783,3	-15.964,9	-16.197,9
Lei 7.976/89	-10.587,6	-10.572,7	-10.500,4	-10.351,1	-10.092,6	-10.265,7	-9.683,7	-9.778,1	-9.654,4	-9.604,8	-9.422,2	-9.697,2	-9.293,9
Bônus Renegociação	-20.121,3	-20.559,1	-20.514,7	-20.302,2	-19.612,0	-20.246,0	-19.716,8	-20.015,8	-19.748,6	-19.660,9	-18.850,3	-20.034,3	-19.667,6
Lei 8.727/93	-47.436,1	-47.477,5	-47.561,0	-47.637,9	-47.749,2	-47.792,1	-47.806,2	-47.775,1	-47.771,9	-47.684,4	-47.700,2	-47.765,6	-47.823,3
Lei 9.496/97	-205.385,1	-204.439,1	-204.622,2	-206.112,1	-208.972,6	-210.416,9	-211.717,4	-213.702,4	-215.602,8	-218.539,4	-220.618,8	-223.561,6	-227.213,1
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-29.728,5	-29.883,6	-30.019,0	-30.275,0	-30.309,1	-30.526,3	-30.792,1	-31.090,8	-31.463,3	-31.882,5	-32.250,8	-32.698,2	-33.249,1
Recebíveis das Estatais	-30.935,3	-32.422,1	-32.845,2	-32.974,6	-32.571,9	-33.329,4	-33.704,1	-33.541,2	-33.675,7	-34.171,6	-35.361,9	-35.901,4	-36.169,0
Outros	-43.000,6	-43.460,8	-42.677,0	-43.028,5	-43.225,8	-43.767,1	-43.868,0	-44.206,5	-44.051,4	-44.338,8	-44.422,8	-44.477,0	-44.759,8
Fat	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7
Demais Entidades	-36.931,2	-38.038,8	-38.831,2	-38.873,9	-39.492,4	-39.914,4	-40.993,9	-41.310,4	-41.102,4	-41.873,3	-42.201,9	-42.870,8	-43.418,0
Créditos das Operações Oficiais	-11.954,6	-12.326,9	-12.079,1	-12.457,2	-12.738,7	-13.219,1	-13.563,9	-13.761,9	-13.745,7	-13.531,8	-13.649,3	-13.928,3	-13.893,6
Arrecadação a Recolher	-3.414,3	-6.025,0	-4.166,0	-5.387,2	-7.307,9	-5.458,8	-1.215,4	-7.986,2	-6.619,6	-6.182,9	-7.756,6	-4.466,8	-5.837,1
II. DÍVIDA EXTERNA	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8	226.113,1	224.626,3	214.624,6	228.409,0	226.784,8
Dívida Mobiliária	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5
Títulos Depositados em Garantias	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2
Dívida Contratual	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4	53.188,0	52.298,2	52.362,3	55.487,6	52.727,3
Disponibilidades	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	338.848,2	358.559,9	360.427,6	372.110,8	378.695,6	394.224,0	392.505,7	392.868,4	394.817,1	406.816,9	401.248,5	390.970,9	392.345,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,6%	24,7%	24,6%	25,1%	25,3%	26,2%	25,9%	25,7%	25,7%	26,2%	25,6%	24,8%	24,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/2003	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2004
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	167.339,2	172.309,4	166.861,8	167.657,4	167.760,7	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	51.986,3	53.678,8	49.810,4	49.041,2	46.778,4	48.304,8	47.318,9	48.165,6	47.721,8	47.591,6	45.444,3	48.290,0	47.956,7
Brazil Investment Bond (BIB)	933,9	964,3	964,6	905,3	884,5	913,4	894,8	910,8	902,4	855,7	866,3	920,6	914,2
Par Bond (PB)	5.710,5	5.896,4	4.566,1	4.499,7	4.396,3	4.539,7	4.447,1	4.526,6	4.484,9	4.476,9	4.532,5	4.816,3	4.783,1
Discount Bond (DB)	6.261,9	6.465,7	3.980,7	3.922,6	3.832,4	3.957,5	3.876,7	3.946,1	3.909,7	3.902,8	3.951,2	4.198,6	4.169,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.609,4	1.661,8	1.662,4	1.638,2	1.467,2	1.515,1	1.484,1	1.510,7	1.496,8	1.494,1	1.375,1	1.461,2	1.451,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	18.781,8	19.393,2	19.399,8	19.117,9	18.678,4	19.287,9	18.894,2	19.232,3	19.055,1	19.021,1	18.340,2	19.488,6	19.354,1
Debt Conversion Bond (DCB)	10.848,0	11.201,2	11.138,1	10.976,3	10.723,9	11.073,9	10.847,8	11.042,0	10.940,2	10.920,7	10.405,9	11.057,5	10.981,2
New Money Bond (NMB)	3.589,8	3.706,7	3.708,0	3.654,1	3.272,6	3.379,4	3.310,4	3.369,7	3.338,6	3.332,6	3.067,3	3.259,4	3.236,9
Eligible Interest (EI)	4.251,0	4.389,4	4.390,9	4.327,1	3.523,0	3.638,0	3.563,7	3.627,5	3.594,1	3.587,6	2.905,7	3.087,7	3.066,4
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	115.352,9	118.630,7	117.051,4	118.616,2	120.982,3	125.508,2	124.295,1	130.669,6	129.441,1	128.995,5	120.870,7	128.958,8	130.425,9
Bônus Marco Alemão 2007	1.681,7	1.706,5	1.652,7	1.700,5	1.706,8	1.809,6	1.866,5	1.875,5	1.863,6	1.831,9	1.805,5	1.953,5	1.940,5
Bônus Global 2027	10.052,0	10.379,3	10.382,8	10.231,9	9.996,7	10.322,9	10.112,2	10.293,2	10.198,3	10.180,1	10.306,5	10.951,9	10.876,3
Bônus EuroIra	1.274,0	1.292,7	1.252,0	1.288,2	1.293,0	1.370,8	1.420,8	1.414,0	1.411,8	1.387,7	1.367,8	1.479,8	1.470,0
Bônus Eurosterling 2007	711,4	717,4	700,5	718,0	729,7	761,9	777,4	804,6	816,7	805,4	786,2	860,8	849,0
Bônus Marco Alemão 2008	1.261,3	1.279,8	1.239,5	1.275,4	1.280,1	1.357,2	1.399,9	1.406,7	1.397,7	1.373,9	1.354,1	1.465,1	1.455,3
Bônus Global 2008	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8
Bônus Global 2004	8.616,0	8.896,5	8.899,5	8.770,2	8.568,6	8.848,2	8.667,6	8.822,7	8.741,4	8.725,8	-	-	-
Bônus Euro 2004	1.611,7	1.635,4	1.583,9	1.629,7	1.635,8	1.734,2	1.788,8	1.797,4	1.786,0	1.755,6	1.730,3	1.872,1	1.859,7
Bônus Global 2009	5.744,0	5.931,0	5.933,0	5.846,8	5.712,4	5.898,8	5.778,4	5.881,8	5.827,6	5.817,2	5.889,4	6.258,2	6.545,6
Bônus Euro 2006	2.263,0	2.296,2	2.223,9	2.288,2	2.296,7	2.435,0	2.511,6	2.523,8	2.507,7	2.465,0	2.429,5	2.628,6	2.611,1
Bônus Global 2020	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5
Bônus Euro 2010	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4
Bônus Global 2030	4.595,2	4.744,8	4.746,4	4.677,4	4.569,9	4.719,0	4.622,7	4.705,4	4.662,1	4.653,8	4.711,5	5.006,6	4.972,0
Bônus Samurai 2003	4.795,4	4.912,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Euro 2005	4.072,0	4.131,9	4.001,7	4.117,4	4.132,8	4.381,6	4.519,4	4.541,3	4.512,5	4.435,6	4.371,7	4.730,0	4.698,5
Bônus Global 2007	7.180,0	7.413,8	7.416,3	7.308,5	7.140,5	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8
Bônus Global 2040	14.811,8	15.294,0	15.299,2	15.076,9	14.730,3	15.211,0	14.900,5	15.167,1	15.027,4	15.000,6	15.186,7	16.137,7	16.026,3
Bônus Euro 2007	2.466,9	2.503,2	2.424,3	2.494,4	2.503,7	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4
Bônus Samurai 2006	1.438,6	1.473,7	1.514,3	1.537,2	1.581,1	1.612,6	1.617,5	1.665,7	1.601,4	1.670,3	1.597,1	1.712,8	1.712,2
Bônus Global 2006	4.308,0	4.448,3	4.449,8	4.385,1	4.284,3	4.424,1	4.333,8	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3
Bônus Euro 2011	3.289,2	3.337,6	3.232,4	3.325,9	3.338,3	3.539,3	3.650,6	3.668,2	3.645,0	3.582,9	3.531,3	3.820,7	3.795,2
Bônus Global 2024	6.174,8	6.375,8	6.824,5	6.896,2	6.496,3	6.773,6	6.594,5	6.748,3	6.667,7	6.652,2	6.759,6	9.308,1	9.243,9
Bônus Samurai 2007	1.918,2	1.964,9	2.019,1	2.049,6	2.108,2	2.150,2	2.156,6	2.220,9	2.135,1	2.227,1	2.129,5	2.283,7	2.282,9
Bônus Global 2005	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5
Bônus Global 2012	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4
Euro Bond 2009	1.644,6	1.668,8	1.616,2	1.662,9	1.669,1	1.769,6	1.825,3	1.834,1	1.822,5	1.791,4	1.765,6	1.910,3	1.897,6
Bônus Global 2013	3.590,0	3.706,9	3.708,1	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4
Bônus Global 2011	-	-	1.483,3	3.654,3	3.570,3	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4
Bônus Global 2010	2.872,0	2.965,5	2.966,5	2.923,4	2.856,2	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5
Bônus Global 2034	-	-	-	-	-	-	-	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-5.615,4	-5.099,8	-5.201,9	-3.737,6	-3.522,2	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2
III. DÍVIDA CONTRATUAL	56.406,1	56.659,8	55.869,2	55.879,4	55.210,3	57.119,6	54.439,2	54.463,4	53.188,0	52.298,2	52.362,3	55.487,6	52.727,3
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9
V. TOTAL (I+II+III+IV)	217.124,3	222.927,5	216.555,0	218.852,9	218.532,1	226.356,5	221.534,3	229.136,8	226.113,1	224.626,3	214.624,6	228.409,0	226.784,8
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	15,1%	15,4%	14,8%	14,8%	14,6%	15,1%	14,6%	15,0%	14,7%	14,5%	13,7%	14,5%	14,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jun/2003	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2004
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	933.769,0	958.494,4	967.781,6	989.604,2	999.925,1	1.007.129,1	980.367,7	987.953,5	1.000.121,2	1.023.720,3	1.029.020,5	1.017.380,1	1.037.579,1
I. Dívida em Mercado	633.899,2	655.281,5	663.166,5	676.009,0	689.125,3	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8
Dívida Securitizada	21.968,0	22.081,7	21.559,1	21.379,4	22.188,3	20.944,2	19.879,7	19.805,8	19.958,0	19.023,9	19.163,1	19.210,3	19.389,5
TDA	2.080,0	2.071,7	2.057,3	2.044,0	2.058,5	2.015,1	1.933,3	2.043,2	2.038,8	2.085,7	2.066,4	2.125,3	2.125,8
LTN	29.914,8	43.421,0	51.588,3	63.995,8	70.985,4	85.216,6	91.309,9	92.174,7	100.285,7	116.192,3	120.271,3	121.509,0	126.436,0
LFT	427.736,1	436.437,7	438.867,0	438.764,9	443.403,9	439.395,6	433.346,5	436.104,8	435.157,2	440.258,9	442.530,7	417.499,1	420.989,2
LFT-A	3.430,6	3.475,3	3.509,6	3.540,8	3.570,6	3.589,9	3.610,2	3.626,5	3.636,0	3.655,9	3.668,5	3.682,6	3.696,5
LFT-B	11.781,8	11.631,0	8.422,6	7.855,1	7.507,7	7.455,6	6.494,0	6.415,7	6.347,8	5.963,1	5.938,6	5.958,6	5.513,2
NTN-A	12.927,9	13.374,4	13.406,4	13.194,7	12.772,8	13.216,2	12.975,3	13.233,7	13.139,4	13.084,8	13.097,3	13.944,3	13.875,5
NTN-B	10.862,3	10.933,9	11.055,0	13.643,1	15.618,2	15.765,9	18.049,9	19.576,6	21.210,6	21.647,2	22.786,4	22.437,3	23.591,3
NTN-C	53.870,4	53.259,8	54.280,9	56.636,8	57.837,5	58.810,3	61.897,4	61.664,0	62.588,8	64.322,1	66.681,5	69.979,0	72.470,1
NTN-D	35.626,0	34.528,7	34.510,5	31.397,8	29.651,7	30.655,0	30.110,1	29.610,1	26.019,6	23.587,3	23.849,4	23.758,7	23.603,0
NTN-F	-	-	-	-	-	-	449,0	902,9	1.201,2	1.209,4	1.298,4	1.309,1	1.311,6
NTN-I	1.101,7	1.285,1	1.266,3	1.225,8	1.317,4	1.371,2	1.601,9	1.602,0	1.565,2	1.577,3	1.557,9	1.661,1	1.629,0
NTN-P	2.572,3	2.598,8	2.550,2	2.571,2	2.591,9	2.609,3	2.626,9	2.643,0	2.657,3	2.674,9	2.690,3	2.707,7	2.725,6
CFT-A	13.332,5	13.358,8	13.293,4	13.004,2	12.993,3	12.859,9	12.327,2	12.210,2	12.216,5	12.188,6	12.207,0	12.263,4	12.318,3
CFT-D	2.878,3	2.963,5	2.956,0	2.904,5	2.829,5	2.913,0	2.845,1	2.887,4	2.851,8	2.838,3	2.864,5	3.034,6	3.004,1
Demais	3.816,4	3.860,2	3.843,9	3.851,0	3.798,7	3.850,8	3.863,7	3.812,9	3.701,2	3.755,7	3.783,1	3.868,2	3.736,1
II. Dívida com BACEN	299.869,9	303.212,9	304.615,1	313.595,2	310.799,8	306.460,6	277.047,8	279.640,0	285.546,3	289.654,9	284.566,1	292.431,8	301.164,2
LTN	68.076,3	81.984,8	93.211,8	106.034,3	100.576,7	102.217,9	100.893,8	106.415,7	112.126,9	128.815,9	120.829,4	122.606,5	124.775,1
LFT	153.541,5	141.396,4	131.703,1	128.868,7	130.495,7	122.708,0	96.603,3	97.869,0	98.601,4	90.794,8	91.895,5	95.509,8	102.678,0
NTN-D	71.749,2	73.472,7	73.503,0	70.143,3	66.289,6	68.303,7	66.692,1	62.067,1	61.382,4	56.763,0	57.785,9	60.465,2	59.726,6
Demais	6.502,8	6.359,0	6.197,2	8.548,9	13.437,8	13.230,9	12.858,6	13.288,3	13.435,6	13.281,3	14.055,2	13.850,3	13.984,5
Dívida em Mercado/PIB	44,1%	45,2%	45,3%	45,7%	46,1%	46,6%	46,4%	46,4%	46,5%	47,2%	47,6%	45,9%	46,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jun/2003	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2004
I. INTERNA	-120.119,7	-123.144,7	-125.064,6	-124.919,8	-126.947,4	-128.288,9	-130.706,1	-133.019,7	-133.676,3	-136.181,4	-137.525,0	-139.385,7	-142.220,6
Dívida contratual	691,9	705,8	704,3	701,8	689,1	709,5	487,3	495,5	490,8	487,3	489,7	506,5	476,6
FAT	-83.188,5	-85.105,9	-86.233,4	-86.045,9	-87.455,0	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7
Aplicações financeiras	-4.316,5	-4.365,7	-4.577,3	-4.524,4	-4.764,2	-4.601,1	-4.254,8	-4.127,7	-3.591,3	-3.649,7	-3.474,0	-3.738,6	-3.770,3
Fundos Regionais	-22.182,4	-23.086,9	-23.532,7	-23.889,2	-24.157,2	-24.565,0	-24.849,1	-25.383,6	-25.757,5	-26.149,5	-26.528,0	-26.790,0	-27.147,3
Demais	-11.124,2	-11.292,0	-11.425,6	-11.162,0	-11.260,2	-11.457,7	-12.377,3	-12.294,7	-12.244,4	-12.561,5	-12.689,6	-12.848,7	-12.977,0
II. EXTERNA	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9
Disponibilidades	-1.005,6	-941,9	-974,0	-946,4	-916,7	-914,2	-869,5	-364,1	-370,4	-346,7	-379,7	-407,3	-389,9
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-121.125,4	-124.086,6	-126.038,6	-125.866,2	-127.864,1	-129.203,1	-131.575,6	-133.383,8	-134.046,8	-136.528,1	-137.904,6	-139.793,0	-142.610,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,4%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,7%	-8,8%	-8,8%	-8,9%	-9,0%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

COMENTÁRIOS

No mês de junho de 2004, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo nominal de -35,1% (trinta e cinco vírgula um por cento) quando comparados aos repasses efetuados em maio de 2004.

Em junho de 2004, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 2.685,18 milhões, contra R\$ 4.136,48 milhões no mês de maio, já descontada a parcela de 15 % para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

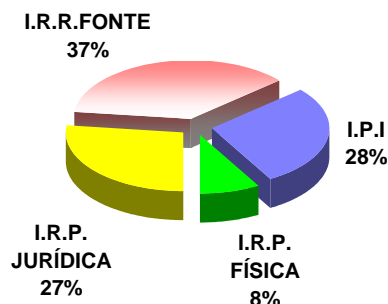
Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2004, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas,

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **junho** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

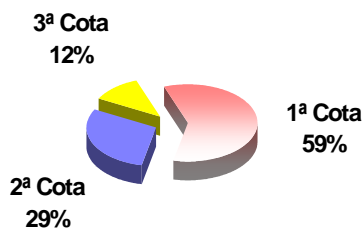
**BASE DE CÁLCULO DO FPM
FPE FNO FNE FCO**



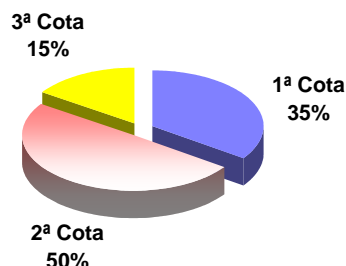
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPF/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/04 MAI/04	JUN/04 JUN/03	JAN A JUN/04 JAN A JUN/03
2003	1.744,7	2.484,4	12.042,6	-	-	-
2004	1.614,3	2.486,8	12.763,1	-35,1 %	-7,5 %	+6,0 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/04 MAI/04	JUN/04 JUN/03	JAN A JUN/04 JAN A JUN/03
2003	1.667,2	2.374,0	11.507,4	-	-	-
2004	1.542,6	2.376,3	12.195,9	-35,1 %	-7,5 %	+6,0 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 639/03 os créditos relativos ao mês de **Junho** foram efetuados nas seguintes datas: **09/06, 18/06 e 30/06**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUN	-38,0 %	-35,1 %	-38,0 %	-35,1 %	-10,0 %	- 2,2 %

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de maio a 20 de junho, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Mai	607,1	3.626,3	4.233,3						
MAI/2004	1.736,4	6.583,4	8.319,8	JUN/2004	7.174,7	1.311,2	1.372,2	148,4	499,7
1º Dec./Jun.	868,5	1.241,5	2.110,0	3º Dec./Mai.	4.233,3	773,6	809,6	51,6	288,5
2º Dec./Jun.	270,7	560,6	831,3	1º Dec./Jun.	2.110,0	385,6	403,5	73,8	152,3
3º Dec./Jun.	617,8	4.071,9	4.689,6	2º Dec./Jun.	831,3	151,9	159,0	23,0	58,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF
AC	7.549,92	44.855,19	15,01	9.289,30
AL	32.486,42	54.546,06	348,89	16.062,56
AM	19.194,33	36.586,94	4.757,24	11.111,61
AP	5.195,83	44.737,18	1,20	8.984,67
BA	123.917,01	123.200,33	9.851,16	48.941,65
CE	71.438,81	96.199,37	1.757,70	30.585,63
DF	2.787,19	9.049,71	8,92	2.434,58
ES	24.480,52	19.667,58	6.895,29	10.819,56
GO	50.246,05	37.277,93	1.221,12	16.228,14
MA	55.109,61	94.643,01	1.401,61	39.619,01
MG	180.356,69	58.406,15	16.876,54	50.597,04
MS	20.424,21	17.464,81	918,96	7.373,19
MT	25.975,22	30.260,53	1.314,01	10.980,70
PA	49.864,63	80.138,82	5.607,73	32.191,20
PB	44.212,37	62.790,71	452,47	19.084,92
PE	69.236,95	90.473,48	928,48	27.368,43
PI	34.010,76	56.660,98	99,25	17.545,97
PR	92.659,89	37.803,71	16.369,03	30.196,71
RJ	40.600,51	20.030,77	15.314,54	15.894,84
RN	34.555,19	54.779,45	406,02	15.990,49
RO	12.394,45	36.917,35	175,28	8.839,00
RR	6.548,82	32.526,24	12,73	6.914,10
RS	92.579,70	30.875,47	21.316,39	29.793,27
SC	53.359,94	16.780,38	12.607,10	16.128,77
SE	19.877,51	54.483,12	87,12	13.244,29
SP	184.051,14	13.111,72	29.687,60	52.606,76
TO	20.898,64	56.904,86	6,60	13.764,65
TOTAL	1.374.012,32	1.311.171,84	148.437,99	562.591,06

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Jun/Mai	Jul/Jun	Ago/Jul
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	- 38,0 %	+12,0 %	- 7,0 %
IPI-EXP	- 10,0 %	+ 4,0 %	+8,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Set/2003	13/11/03	Jan/2004	18/02/04
Out/2003	31/12/03	Fev/2004	26/03/04
Nov/2003	03/02/04	Mar/2004	20/04/04
Dez/2003	04/02/04	Abr/2004	21/05/04
Jan a Dez/03	04/02/04	Jun/2004	01/07/04

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2003, a Portaria STN 639, de 19 de dezembro de 2003, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2004.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (061) 412.3116/3023 Fax: (061) 412.1580

Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em junho de 2004, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.231,8 milhões, contra R\$ 2.366,8 milhões em maio de 2004. Os repasses para o Fundo apresentaram decréscimo de -5,7% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -35,1% das transferências dos Fundos de Participação.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: >Governos, >DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(061)481-8000.

R\$ Mil

Origens	maio	Partic.	junho	Partic.	Jun/Mai
FPM	370.161,6	15,6%	240.289,5	10,8%	-35,1%
FPE	356.441,5	15,1%	231.383,3	10,4%	-35,1%
IPI-EXP	26.777,9	1,1%	26.194,9	1,2%	-2,2%
LC 87/96	42.387,5	1,8%	42.387,5	1,9%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	22.335,8	0,9%	22.335,8	1,0%	-
ICMS	1.548.725,6	65,4%	1.669.304,2	74,8%	7,8%
Total	2.366.830,0	100%	2.231.895,3	100%	-5,7%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2004 - PORTARIA Nº 024, DE 29 DE JANEIRO DE 2004

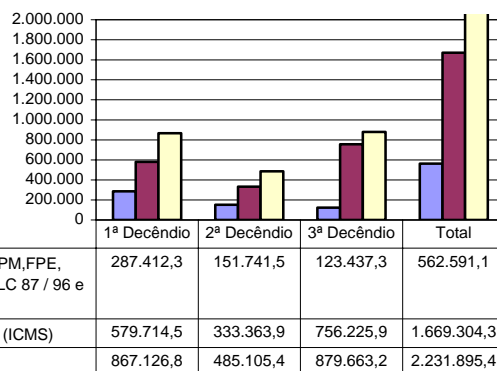
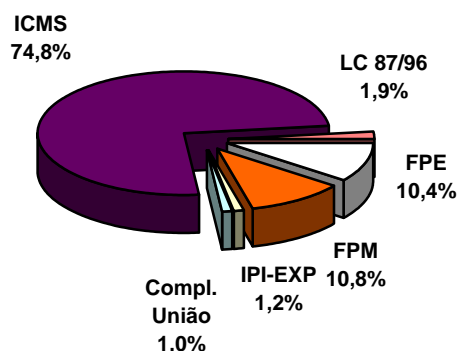
Portaria MF nº 24, de 29 de janeiro de 2004, publicado no D.O.U. em 30/01/04, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2004.

MÊS	ALAGOAS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
JANEIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
FEVEREIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MARÇO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
ABRIL	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MAIO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JUNHO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JULHO	855.690	6.044.130	36.693.765	19.215.750	4.198.125	67.007.460
AGOSTO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
SETEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
OUTUBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
NOVEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
DEZEMBRO	1.140.920	8.058.840	48.925.020	25.621.000	5.597.500	89.343.280
TOTAL	4.848.910	34.250.070	207.931.335	108.889.250	23.789.375	379.708.940

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JUNHO/2004 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	140.732	7.916	1.332	3	0	39	3.035	12.324	87,5	675,2
AL	681.631	9.626	5.733	62	285	357	11.149	27.212	39,9	281,8
AM	702.496	6.457	3.387	840	0	428	32.014	43.125	61,4	352,6
AP	123.954	7.895	917	0	0	173	2.852	11.837	95,5	696,8
BA	3.145.874	21.741	21.868	1.738	2.015	1.580	65.354	114.296	36,3	257,4
CE	1.629.478	16.976	12.607	310	0	692	46.189	76.774	47,1	266,5
DF(2)	295.507	1.597	492	2	0	344	0	2.435	8,2	64,9
ES	506.045	3.471	4.320	1.217	0	1.812	36.698	47.518	93,9	568,7
GO	946.678	6.578	8.867	215	0	567	45.051	61.279	64,7	432,3
MA	1.515.900	16.702	9.725	247	12.231	713	9.312	48.931	32,2	243,5
MG	3.234.938	10.307	31.828	2.978	0	5.484	161.733	212.330	65,6	407,9
MS	411.164	3.082	3.604	162	0	525	31.252	38.625	93,9	498,3
MT	575.966	5.340	4.584	232	0	825	38.891	49.872	86,6	485,5
PA	1.563.132	14.142	8.800	990	6.405	1.855	24.069	56.260	35,9	241,4
PB	785.138	11.081	7.802	80	0	122	12.068	31.153	39,6	301,6
PE	1.556.767	15.966	10.665	164	0	574	40.875	68.243	43,8	292,7
PI	680.126	9.999	6.002	18	1.399	128	7.557	25.103	36,9	285,7
PR	1.575.874	6.671	16.352	2.889	0	4.285	101.923	132.120	83,8	517,0
RJ	1.995.272	3.535	7.165	2.703	0	2.493	167.234	183.129	91,7	543,3
RN	556.513	9.667	6.098	72	0	154	16.884	32.874	59,1	398,0
RO	296.998	6.515	2.187	31	0	106	12.164	21.003	70,7	470,8
RR	73.528	5.740	1.156	2	0	16	2.357	9.271	126,1	910,2
RS	1.560.609	5.449	16.315	3.762	0	4.268	109.711	139.504	89,4	558,8
SC	881.442	2.961	9.416	2.225	0	1.526	71.421	87.550	99,3	575,3
SE	382.172	9.615	3.508	15	0	106	11.244	24.488	64,1	445,1
SP	5.143.359	2.314	31.873	5.239	0	13.181	601.012	653.618	127,1	675,6
TO	272.309	10.042	3.688	1	0	33	7.256	21.021	77,2	564,7
Total	31.233.602	231.383	240.290	26.195	22.336	42.388	1.669.304	2.231.895	71,4	433,0

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 02, de 02.01.2004. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.